

QUESTÕES PROCESSUAIS ACERCA DA UNIÃO ESTÁVEL

Fernanda Dias Xavier ()*

1. A união estável e a ação declaratória

Com o advento da Constituição Federal de 1988, a convivência fática entre homem e mulher, intitulada pelo artigo 226, § 3º, de união estável, passou a ser reconhecida como entidade familiar. Posteriormente, a fim de regulamentar tal dispositivo, editaram-se as Leis 8.971/94 e 9.278/96, cujas disposições foram, em sua maior parte, adotadas pelo novo Código Civil.

Observa-se, contudo, que as normas existentes deixam muito a desejar em seu aspecto processual, criando inúmeras dificuldades para os aplicadores do direito, as quais, em última análise, projetam-se sobre os interessados que, em geral, não possuem os conhecimentos técnicos necessários para compreender as limitações decorrentes da própria natureza da união estável.

Neste pequeno estudo, contudo, buscar-se-á, sobretudo, a análise de um tópico: a legitimidade passiva nas ações usualmente intituladas “reconhecimento e dissolução de união estável *post mortem*”, em que se pretende, em razão do falecimento do (a) companheiro (a), o reconhecimento de direitos, especialmente no que diz respeito a benefícios previdenciários.

Em primeiro lugar, mister enfatizar que não se pode equiparar para todos os fins e de forma absoluta e irrestrita a união estável ao casamento¹. Além das peculiaridades de cada um desses institutos, principalmente no que diz respeito à informalidade das convivências *more uxorio*, a leitura atenta da Constituição Federal demonstra que essa não foi a intenção do constituinte². De outro modo, não haveria qualquer sentido em se facilitar a sua conversão em casamento (art. 226, § 3º).

Não se defende aqui, por óbvio, a exclusão da união estável como entidade familiar nem se procura afastar a proteção constitucional já estabelecida, mas se afigura contrário aos ditames da Constituição Federal estabelecer para as uniões estáveis um estatuto jurídico idêntico ao do matrimônio, pois há intrínsecas diferenças que devem ser respeitadas e consideradas pelo ordenamento jurídico e que decorrem, em especial, da informalidade própria da união estável³. Ademais, essa absoluta equiparação vai de encontro à própria vontade dos indivíduos, uma vez que, ao não optarem pelo casamento, demonstram claramente que não desejam se submeter às regras que o informam⁴.

(*) Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Muito embora a ingerência do Estado no Direito de Família seja maior do que nos demais ramos do direito privado, e muitas vezes justificada, é certo que há limites e a vontade do indivíduo deve ser considerada no momento da interpretação e da extensão à união estável das normas aplicáveis ao casamento⁵.

Saliente-se, ainda, que a união estável não produz alteração no estado familiar dos indivíduos, não sendo necessária a intervenção estatal, seja para que ela tenha início, seja para que termine⁶, bastando, para tanto, única e exclusivamente, a vontade dos companheiros. Não há sentido, portanto, no notório pedido de “dissolução da união estável”. Para que a união estável tenha fim, suficiente que os companheiros a rompam e cada um inicie uma nova vida ou que um deles venha a falecer.

O casamento, por sua vez, é uma relação jurídica cujos início e fim, excluindo-se a hipótese de morte de um dos cônjuges, dependem da direta intervenção do Estado. Sem a observância das formalidades previstas no Código Civil e na Lei de Registros Públicos para a habilitação e a celebração, inexistente o casamento⁷. Por outro lado, a dissolução do casamento válido, excluída a hipótese de falecimento, só se opera pelo divórcio, decretado por meio de uma sentença.

A união estável mostra-se, portanto, como um fato juridicamente relevante, protegido pelo ordenamento jurídico, do qual podem decorrer relações jurídicas que necessitem de regulamentação, mas não pode ser considerada uma relação jurídica em si mesma⁸. Como consequência, inviável o acolhimento de pedido para que se declare a existência da união estável durante determinado período⁹, haja vista que o artigo 4º, do Código de Processo Civil, prevê que a ação declaratória tem como objeto declarar a existência ou inexistência de uma relação jurídica ou o seu modo de ser. Com exceção da falsidade ou da autenticidade de documentos, nenhum outro fato pode ser objeto de ação declaratória.

Desta feita, possível reconhecer o direito de um companheiro a alimentos, à meação do patrimônio ou à sucessão, mediante demonstração incidental da convivência *more uxorio*, mas a união estável entre eles mantida não pode ser alvo de provimento jurisdicional declaratório, estando tal conclusão perfeitamente adequada à lição de Chiovenda ao afirmar que a sentença declaratória “não colima a realização do direito, mas limita-se a pedir que se declare a existência de direito seu (do autor) ou a inexistência de direito de outrem (declaração positiva ou negativa)”¹⁰. Reforça tal conclusão o fato de as ações declaratórias não se prestarem a resguardar exercício de direito, pretensão, ação ou exceção. De igual modo, não previnem dano e não se destinam à prova de um fato¹¹.

Observe-se que, ainda se admita a união estável como uma relação jurídica, inviável uma declaração universal ou que tenha efeitos obrigacionais *erga omnes*. Mister lembrar que a união estável não confere alteração do estado familiar e a sentença não pode produzir os mesmos efeitos probatórios de uma certidão de casamento¹².

Caso se admita que os companheiros venham a pleitear a declaração de existência da união estável (seja entre eles ou em relação a terceiros), deverão sempre indicar expressamente o sujeito passivo, entendido esse como aquele que “gerou estado de incerteza sobre a existência ou inexistência da relação jurídica”¹³, sendo vedada a propositura de ação declaratória sem a indicação de réu ou contra réus incertos, desconhecidos ou indeterminados¹⁴.

Outra não pode ser a conclusão, uma vez que o fim último da ação declaratória não é produzir prova de uma relação jurídica, realizar consulta ao Poder Judiciário ou simplesmente pôr fim a uma dúvida ou incerteza jurídica, mas obter a segurança jurídica decorrente da coisa julgada material¹⁵, cujos limites subjetivos devem ser observados.

Como a ação declaratória deve ser necessariamente voltada em desfavor daquele que gera a incerteza (ou que pode vir a fazê-lo), haverá sempre procedimento contencioso e nunca voluntário, pois, nesta hipótese, faltaria ao autor (ou autores) interesse processual¹⁶, consubstanciado na necessidade, utilidade e adequação do provimento jurisdicional pleiteado.

2. A legitimidade passiva e as ações promovidas após o falecimento de um dos companheiros

Admitindo-se ação para declarar a existência de união estável, o que corriqueiramente fazem os tribunais, ou tão-somente de relações jurídicas dela decorrentes, a indicação do pólo passivo pode transformar-se em questão tormentosa quando falecido um dos companheiros.

A experiência do dia-a-dia do foro demonstra que as intituladas ações de reconhecimento de união estável *post mortem* se destinam basicamente ao reconhecimento de que o (a) autor (a) tem direito à meação do patrimônio, à herança ou à obtenção de benefício previdenciário.

Antes de adentrar na seara específica da união estável, algumas considerações a respeito da legitimidade *ad causam* fazem-se necessárias.

É fato notório que nosso ordenamento jurídico adotou a teoria eclética de Liebman sobre o conceito de ação. Por meio dela, buscou um equilíbrio entre a teoria concreta, capitaneada por Adolph Wach, e a teoria abstrata, consolidada por Degenkolb e Plósz, isto é, procurou demonstrar que a ação não é nem o direito a uma sentença que reconheça a pretensão do autor (teoria concreta), nem o direito de provocar o Poder Judiciário (teoria abstrata), mas o direito de exigir que o Estado preste jurisdição, proferindo, ao final, uma sentença de mérito, independentemente de seu conteúdo.

Condicionou Liebman tal direito, contudo, a alguns requisitos que chamou de condições da ação: interesse de agir, legitimidade de partes e possibilidade jurídica do pedido¹⁷.

Interessa ao presente estudo em especial a questão referente à legitimidade de partes ou legitimidade *ad causam*.

Consoante o sistema adotado pelo Código de Processo Civil, a tutela jurisdicional só poderia ser invocada por quem se afirme titular do direito em discussão, ou seja, integrante da relação jurídica de direito material submetida à apreciação do Poder Judiciário. Em princípio, portanto, apenas aquele que afirma direito próprio poderia buscar manifestação do juiz a respeito do pedido.

Na lição de José Roberto dos Santos Bedaque, “a legitimidade para agir pertence apenas àquele que afirme participar de determinada relação jurídica, o que lhe daria direito à obtenção de efeitos dela decorrentes, não satisfeitos espontaneamente por quem deveria fazê-lo”¹⁸.

A legitimidade passiva, por sua vez, é atribuída a quem, em tese, caberia satisfazer a pretensão do autor diante da relação jurídica material em discussão ou a quem poderia ser o autor na execução ou na ação condenatória, eventualmente movida contra o autor da declaratória¹⁹.

Assim, são partes legítimas para figurar no pólo ativo e no pólo passivo aqueles que, diante do direito afirmado na inicial (situação legitimante), figuram como seus respectivos titulares. Caso não haja esta coincidência de papéis, fica o autor impossibilitado de exercer regularmente o seu direito de ação²⁰.

Observe-se que a verificação de tal correspondência deve ocorrer em abstrato²¹, admitindo-se como verdadeiros o direito e a situação fática narrados na petição inicial. Isso porque a verificação em concreto importa, em verdade, ingresso indevido no mérito e decisão acerca da existência ou não da relação jurídica de direito material, o que não se coaduna com o caráter abstrato do direito de ação²².

No caso da ação em que o (a) companheiro (a) busca demonstrar a existência da união estável para efeitos de assegurar seu direito à meação, o pedido a ser formulado não deve ser o de mera declaração da existência da união estável, mas de declaração da existência do próprio direito à meação, em razão da união estável mantida quando da aquisição do patrimônio²³. Assim, evita-se qualquer tipo de controvérsia sobre a natureza jurídica da união estável, além de assegurar os efeitos da coisa julgada sobre a questão específica da meação. Nesta hipótese, deve figurar no pólo passivo o espólio do falecido, uma vez que a demanda se refere ao patrimônio, devidamente representado pelo inventariante²⁴, nos termos do artigo 12, V, e 991, I, do CPC. Caso já tenha ocorrido a partilha, todos os herdeiros e sucessores deverão integrar o pólo passivo, pois não mais se falará em espólio (como representação da universalidade patrimonial que constituía a herança).

Buscando-se a declaração do direito à sucessão do *de cujus*, deve a ação ser voltada contra os herdeiros, uma vez que o direito em questão alcança mais do que o patrimônio, referindo-se à própria qualificação como sucessor hereditário.

A hipótese mais controvertida, contudo, é aquela em que se pretende a declaração com vistas à obtenção de benefício previdenciário (pensão por morte).

Neste caso, há mais razão ainda para que o pedido não seja de mera declaração da existência da união estável²⁵, já que ela, por si só, não atribui o direito ao recebimento de pensão previdenciária. Em verdade, a questão ultrapassa o próprio âmbito da união estável, para atingir a seara do direito previdenciário²⁶. Deverá, portanto, ser pleiteada a declaração da existência de direito ao benefício, por preencher o (a) autor (a) os requisitos necessários previstos em lei própria²⁷.

Observe-se, contudo, que, mesmo que se repudie tal entendimento e se admita a mera declaração de existência da união estável, o pedido deve ser deduzido, não em face dos herdeiros e muito menos do espólio²⁸, mas em desfavor do responsável pelo pagamento do benefício em questão e de eventuais beneficiários da pensão.

Os herdeiros, que não sejam também beneficiários da pensão, não possuem legitimidade *ad causam*, uma vez que não são os responsáveis pela insegurança jurídica existente. Em verdade, não sendo titulares do direito em discussão e não havendo nem sequer hipotética sujeição diante da pretensão do autor ou dever a ela correlato²⁹, carecem de legitimidade para figurar no pólo passivo da demanda.

A fim de consolidar tal conclusão, saliente-se que o interesse processual do (a) autor (a) se fundamenta na necessidade de manifestação jurisdicional decorrente da impossibilidade de obter o bem da vida em questão (seja a mera segurança jurídica ou a efetiva obtenção do benefício mediante a condenação do réu) por outros meios, o que implica não lhe ter sido concedida a pensão³⁰, além de representar resistência à pretensão formulada.

Ora, se à pretensão do titular de um interesse, entendido esse como posição favorável à satisfação de uma necessidade³¹, consoante lição de Carnelutti, opõe-se resistência, o conflito daí resultante assume as feições de lide. Essa, na definição do já referido processualista, é um “conflito de interesses, qualificado pela pretensão de um dos interessados e pela resistência do outro³²”. E, havendo lide³³, mister a participação daquele que opõe a resistência.

No caso em apreço, se necessária a atuação do Poder Judiciário para criar uma certeza jurídica ou para verificar se presentes os requisitos necessários à satisfação da pretensão do (a) autor (a), mediante demonstração da alegada convivência *more uxorio*, imprescindível seja a entidade responsável pelo pagamento chamada a defender seu interesse³⁴, sob pena, inclusive, de não haver coisa julgada a ela oponível.

A esse respeito, já se manifestou o Tribunal Regional da 1ª Região, afirmando o interesse da União Federal³⁵ em figurar nos feitos em que se discutem benefícios previdenciários, uma vez que tem “a responsabilidade de fiscalizar e pagar o referido benefício”³⁶.

Por outro lado, se imprescindível a participação da entidade responsável pelo pagamento do benefício previdenciário, devem também integrar o pólo passivo as pessoas que eventualmente sejam beneficiárias da pensão pretendida.

Cuida-se claramente de litisconsórcio passivo necessário por força da relação jurídica que envolve as partes, uma vez que haverá o reconhecimento ou a imposição de um regime jurídico a ser suportado uniformemente por todos³⁷, razão pela qual sem a participação de todos os litisconsortes, não terá a sentença eficácia³⁸ e nem será válida a relação processual.

A esse respeito, afirma Nelson Nery Jr. que, “toda a vez que se vislumbrar a possibilidade de a sentença atingir, diretamente, a esfera jurídica de outrem, a menos que a lei estabeleça a facultatividade litisconsorcial, deve ser este citado como litisconsorte necessário, a fim de que possa se defender em juízo³⁹”.

Mostra-se, ainda, hipótese de litisconsórcio unitário, pois deve a lide ser decidida da mesma forma tanto para a entidade, a quem compete o pagamento e que vem constituindo óbice à pretensão do (a) autor (a), como para os eventuais beneficiários da pensão. Há uma relação jurídica única e incindível. Admitir-se a hipótese de provimentos distintos para os réus implicaria a existência de uma sentença contendo disposições incompatíveis entre si, o que a tornaria totalmente ineficaz⁴⁰.

3. A legitimidade passiva e os efeitos da coisa julgada

Com a devida vênia àqueles que pensam de outra forma, observa-se que o tratamento dado pelo Poder Judiciário às ações em que se busca, por meio do reconhecimento da existência de união estável, assegurar ao companheiro (a) supérstite benefícios, principalmente o previdenciário, tem chancelado uma subversão das regras referentes à coisa julgada, permitindo que a autoridade da coisa julgada seja confundida com a eficácia natural da sentença, institutos diversos na concepção criadora de Liebman, e olvidando regras específicas quanto aos seus limites subjetivos.

Já se demonstrou que a chamada ação declaratória não tem o condão de produzir uma sentença com efeitos imutáveis *erga omnes*, pois a certeza jurídica que se procura deve ser obtida diretamente em relação àquele que cria a insegurança jurídica.

Tal afirmação deve ser entendida em termos, uma vez que todos são obrigados a reconhecer a decisão proferida entre as partes, desde que, estranhos à demanda, não sejam por ela prejudicados⁴¹.

Nas palavras de Chiovenda, este prejuízo ocorreria quando “a sentença pudessem negar o *direito* de terceiros estranhos, como seria possível acontecer no caso em que a relação reconhecida como existente ou inexistente num processo compreendesse como sujeito um terceiro, estranho à lide; ou quando a relação reconhecida como

existente entre as partes em causa fosse praticamente incompatível com uma relação da qual terceiros pretendessem ser sujeitos”.

Assim, por ser a sentença resultado da atividade jurisdicional do Estado, eminentemente pública e direcionada a garantir a observância da lei, todos os indivíduos estão submetidos à eficácia natural da sentença, ressaltando Liebman que são atingidas, “antes de tudo e necessariamente, as partes, titulares da relação afirmada e deduzida em juízo, e, depois gradativamente, todos os outros cujos direitos estejam de certo modo com ela em relação de conexão, dependência ou interferência jurídica ou prática, quer quanto à sua existência, quer quanto à possibilidade de sua efetiva realização⁴²”. Aduz, contudo, que a medida da sujeição não é a mesma para todos, uma vez que depende da relação de cada um com o objeto da decisão judicial, ou seja, “*para as partes, quando a sentença passa em julgado, os seus efeitos se tornam imutáveis, ao passo que para os terceiros isso não acontece*⁴³”.

Assim, mister diferenciar entre a eficácia natural da sentença e a autoridade da coisa julgada. Segundo a primeira, a sentença produz normalmente seus efeitos para todos os indivíduos, mas sem que esses se tornem imutáveis e indiscutíveis em razão da coisa julgada, o que lhes permitiria contestar a decisão judicial, pois, apenas para os titulares da relação processual que culminou com a sentença, forma-se a autoridade da coisa julgada (*res inter alios iudicata aliis non praeiudicare*). Nestes termos, inclusive, o artigo 472, do Código de Processo Civil.

Ora, admitindo-se uma ação declaratória em que se pretende o reconhecimento de uma união estável para obtenção de benefício previdenciário, formando-se a relação processual apenas entre o (a) alegado (a) companheiro (a) supérstite e os beneficiários da pensão ou herdeiros do falecido⁴⁴, a autoridade da coisa julgada não atingiria qualquer outra pessoa (natural ou jurídica) e poderia a decisão ser legitimamente contestada pelo órgão que estivesse obrigado a pagar a pensão, caso entendesse que não presentes os elementos necessários à configuração da união estável. Sua legitimidade para contestar o *decisum*, consoante lição de Chiovenda anteriormente citada e reforçada por Liebman⁴⁵, decorre do fato de que sua é a responsabilidade pelo pagamento, pela fiscalização e pela concessão do benefício. Submetê-lo à coisa julgada, sem a sua participação na relação processual, implicaria despojá-lo do regular exercício de atribuição que a própria lei lhe confere, além de negar-lhe a igual oportunidade de defesa e de contraditório.

Assim, destinando-se a ação declaratória a obter certeza jurídica garantida pela coisa julgada, de nada adianta a sentença proferida sem que a autoridade da coisa julgada se imponha aos principais interessados.

Ressalte-se, ainda, que, mesmo fosse possível atribuir às ações que versam sobre a união estável a natureza de ações de estado, outra não seria a conclusão.

Em interessante ensaio sobre os limites subjetivos da coisa julgada em questões de estado, Liebman aborda hipótese em que duas pessoas foram reconhecidas como filhas naturais, mas, vindo a falecer a pessoa que as reconheceu, os filhos do *de cujus* ajuizaram ação, visando a demonstrar a falsidade da paternidade, julgando-se improcedente o pedido por falta de provas. Posteriormente, uma das irmãs que foi reconhecida descobre que a outra efetivamente não é filha biológica daquele que a reconheceu e promove ação para que se declare a nulidade do ato.

Questionada a possibilidade de ser oponível a coisa julgada, Liebman concluiu negativamente. Aduziu que, em ações de estado, a autoridade da coisa julgada vale *erga omnes* apenas quando a questão é discutida entre os sujeitos titulares da relação ou do *status* controvertido, aos quais chama de legítimos contendores primários⁴⁶. Nesta hipótese, terceiros estranhos à relação processual só poderiam contestá-la se defendessem interesses ou direitos equivalentes aos das partes⁴⁷.

Impugnada a relação jurídica ou o *status* por terceiros cujo interesse não seja direto (legítimos contendores secundários⁴⁸), a autoridade da coisa julgada só se estenderia àqueles que efetivamente houvessem integrado a relação processual que culminou com a sentença, uma vez que todos possuem legitimação de mesmo grau e, por conseguinte, possuem igual direito de disputar sobre a questão⁴⁹.

No caso da união estável, admitida como questão de estado, os legítimos contendores primários seriam apenas os companheiros, atribuindo-se aos herdeiros, beneficiários de pensão e ao órgão responsável pelo pagamento do benefício a qualidade de legítimos contendores secundários, razão pela qual a autoridade da coisa julgada não poderia ser imposta àquele que não venha a integrar a relação processual, muito embora esteja sujeito à eficácia natural da sentença.

Idêntico posicionamento é defendido por Ernane Fidélis dos Santos. Assim, discutindo-se sobre questão de estado, a coisa julgada será oponível a todos os interessados, desde que citados⁵⁰.

4. Conclusão

Em primeiro lugar, extrai-se do exposto que absolutamente inadmissível o pedido de declaração da união estável sem que haja indicação do pólo passivo, em razão da duvidosa utilidade prática (que afastaria o interesse processual) e, em especial, porque o objetivo dessa espécie de ação não é ressaltar direitos, nem a mera produção de prova, o que pode ser conseguido por meio da justificação, mas a certeza jurídica agasalhada pela autoridade da coisa julgada.

Estabelecida tal premissa, nas ações movidas após a morte de um dos companheiros, a fixação do pólo passivo dependerá do objetivo buscado com a declaração,

cuja indicação é imprescindível para que se configure o interesse processual, condição essencial ao adequado exercício do direito de ação.

Desta forma, as ações que visem ao reconhecimento do direito à meação deverão contar com a participação do espólio ou dos herdeiros, caso já tenha ocorrido a partilha, e aquelas que pretendem o direito à sucessão exigirão a presença apenas dos sucessores hereditários.

Em relação ao exercício da pretensão ao benefício previdenciário decorrente do falecimento do (a) companheiro (a), a presença dos órgãos responsáveis pelo respectivo pagamento mostra-se imprescindível, diante de seu interesse direto, bem como a de eventuais beneficiários (filhos, dependentes etc), formando-se um litisconsórcio passivo necessário unitário.

Assim sendo, as sentenças proferidas à revelia de tais entes não apresentam eficácia e decorrem de relações processuais inválidas.

Ademais, mesmo que se pudesse entender de outro modo, não estariam sujeitos à autoridade da coisa julgada, em razão da regra consubstanciada no artigo 472, do Código de Processo Civil, pertinente aos limites subjetivos da coisa julgada (*res inter alios iudicata aliis non praeiudicare*), sendo-lhes permitido opor resistência a qualquer pretensão fundada na sentença.

Por fim, não é demais relembrar que não cabe ao Poder Judiciário dissolver ou determinar a dissolução da união estável, o que ocorrerá independentemente da vontade do Estado sempre que desaparecerem os requisitos que caracterizam a convivência *more uxorio*, competindo-lhe apenas disciplinar eventuais relações jurídicas que dela decorram.

BIBLIOGRAFIA

- ASSIS, Araken de. “Declaração autônoma e incidente no processo civil”, in *Gênese Revista de Direito Processual Civil*, vol. 30, ano VIII, out/dez de 2003.
- BEDAQUE, José Roberto dos Santos. In: VVAA, *Código de processo civil interpretado*, São Paulo, Atlas, 2004, organizado por Antônio Carlos Marcato.
- BUZAID, Alfredo. *A ação declaratória no direito brasileiro*. 2ª ed., São Paulo, Sarai-va, 1986.
- CARNELUTTI, Francesco. *Sistema de Direito Processual Civil*. 1ª ed., São Paulo, ClassicBook, 2000, vol. I.
- CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil*. 3ª ed., Campinas, Bookseller, 2002, vol. I.
- DANTAS JR, Aldemiro Rezende. “Sucessão no casamento e na união estável” in *Temas atuais de direito e processo de família*. Rio de Janeiro, Lúmen Juris, 2004.

- DINAMARCO, Cândido Rangel. *Litisconsórcio*. 4ª ed., São Paulo, Malheiros, 1996.
- LEITE, Eduardo de Oliveira. *Comentários ao novo Código Civil*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2003, vol. XXI.
- LIEBMAN, Enrico Tulio. *Eficácia e autoridade da sentença e outros escritos sobre a coisa julgada*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1981.
- _____. *Estudos sobre o processo civil brasileiro*. São Paulo, Bestbook, 2001.
- _. *Manual de direito processual civil*. 1ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1984, vol. 1.
- LOPES, João Batista. “O interesse de agir na ação declaratória”, in *Revista dos Tribunais*, vol. 688, ano 82, fevereiro de 1993.
- MADALENO, Rolf Hanssen. “Escritura pública como prova relativa de união estável”, in *Advocacia dinâmica*, ano 24, 2004, nº 13.
- MARINONI, Luiz Guilherme. *Manual do processo de conhecimento*. 2ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2003.
- NERY JR., Nelson. *Código de Processo Civil Comentado*. 7ª ed., São Paulo Editora Revista dos Tribunais.
- PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Comentários ao novo código civil*. Rio de Janeiro, Forense, 2003, vol. XX.
- PERLINGIERI, Pietro. *Perfis do direito civil - Introdução ao direito civil constitucional*. Trad. Maria Cristina de Cicco. 2ª ed., Rio de Janeiro, Renovar, 2002.
- SANTOS, Ernane Fidélis dos. *Manual de direito processual civil*. 10ª ed., Saraiva, São Paulo, 2003, vol. I.
- SILVA, Ovídio A. Baptista; GOMES, Fábio. *Teoria geral do processo civil*. 3ª ed., São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2002.
- VELLOSO, Zeno. *Código Civil comentado*. São Paulo, Atlas, 2003, vol. XVII.
- VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil - Direito de família*. 4ª ed., São Paulo, Atlas, 2004, vol. 6.
- WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio Correia de; TALAMINI, Eduardo. *Curso avançado de processo civil*. 6ª ed., São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2004, vol. I.

Notas

- ¹ A este respeito, conferir: LEITE, Eduardo de Oliveira. *Comentários ao novo Código Civil*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2003, vol. XXI, p. 51/52.
- ² Mister observar que a questão não é pacífica.
- ³ A esse respeito, conferir: DANTAS JR, Aldemiro Rezende. “Sucessão no casamento e na união estável” in *Temas atuais de direito e processo de família*. Rio de Janeiro, Lúmen Juris, 2004, p. 584/585; e PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Comentários ao novo código civil*. Rio de Janeiro, Forense, 2003, vol. XX, p. 4.

- ⁴ Ao cuidar das chamadas famílias não-fundadas no casamento, Pietro Perlingieri aponta a existência de quatro correntes no tocante ao tratamento jurídico de tais entidades: teoria da irrelevância jurídica, teoria da plena equiparação, teoria da aplicação analógica e teoria da regulamentação exclusivamente remetida à autonomia privada. Após afastar a primeira, diante da impossibilidade de o ordenamento jurídico ignorar uma realidade que repercute sobre o status personarum, também rechaça a segunda concepção, “porque [essa teoria] não considera o autônomo significado da convivência extramatrimonial (ainda uma vez não estaria levando em consideração as específicas particularidades do fato: cfr. Retro, cap. 5, § 67), frustrando a originária conotação subjetiva da affectio dos conviventes que, em plena consciência, decidiram viver fora do casamento. Reduzir ou reconduzir a união livre à união matrimonial acaba por aviltar em modo totalmente injustificado seja a conotação da espontaneidade e da liberdade que originam a convivência more uxorio - que, ao contrário, na sua genuína expressão, gostaria de representar fantasia e imaginação também diante das instituições - seja a sacra e a pública, consciente, querida assunção de responsabilidade que representam o concentrado do casamento como ato e como relação. Existe portanto uma não-identidade de função entre as duas formas de convivência e isso proíbe de assimilá-las no tratamento jurídico. Não-identidade de função no específico, já que ambas, ao contrário, se encaixam, como já foi dito, no quadro e na função geral próprios de cada formação social: o desenvolvimento da personalidade de seus componentes. A particularidade que à convivência more uxorio falte um oficial sobre o qual se basa [sic] e que se esgote exclusivamente no fato continuativo e, portanto, em uma avaliação a posteriori, não somente tira a característica da certeza que o ato matrimonial é idôneo a dar, mas, o que é mais importante, representa um efeito (a convivência) não separável, no desenrolar do tempo, do próprio fato da convivência. Ainda que possa parecer singular, é o prolongar-se no tempo de alguns comportamentos de um casal que faz a um certo ponto pronunciar o juízo que aquele casal de conviventes, que aquela série de fatos individuais de vida em comum representa um unitário fato continuativo chamado ‘convivência fora do casamento’; o juízo sobre a existência de uma família de fato é portanto possível somente a posteriori. Daqui a impressão de um fato que seja causativo em si mesmo.” (PERLINGIERI, Pietro. *Perfis do direito civil - Introdução ao direito civil constitucional*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Renovar, 2002, p. 255-256)
- ⁵ A esse respeito, conveniente, mais uma vez, a lição do Professor Perlingieri: “a intervenção do legislador neste setor deve ser evitada; não somente porque a reflexão da doutrina e da jurisprudência sobre o tema ainda não está madura, mas também porque a mesma concepção da família não-fundada no casamento exige liberdade em relação a um enfoque dirigístico que freqüentemente configura, para os direitos da pessoa e para as liberdades pessoais, vínculos que não são necessários para uma correta, normal e civil convivência”. (PERLINGIERI, Pietro. *Perfis do direito civil - Introdução ao direito civil constitucional*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Renovar, 2002, p. 254)
- ⁶ Ao comentar sobre a escritura pública como prova da união estável, Rolf Madaleno aduz que eventual contrato ou escritura pública declaratória só terá o condão de vincular os conviventes, não sendo oponível a terceiros, consoante inclusive o artigo 219, do Código Civil, pois contém uma presunção relativa. Ressalta que as obrigações e direitos assumidos em contratos de convivência estão “condicionados à real existência da união estável, desse casamento dito informal, mas que deve ser reconhecido não pela caneta dos signatários quando firmam a escritura pública de convivência, mas sim, pela ocorrência dos pressupostos estipulados na lei, particularmente do artigo 1723 do Código Civil vigente, cujo dispositivo derogou o artigo 5º da Lei nº 9.278/96. Mostrando os fatos, que a união estável não se constitui pelo contrato e sim pela configuração da convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”. (MADALENO, Rolf Hanssen. “Escritura pública como prova relativa de união estável”, in *Advocacia dinâmica*, ano 24, 2004, nº 13.)
- ⁷ Em razão do princípio de que não há nulidade sem lei, o direito francês criou a teoria do casamento inexistente para abranger certas hipóteses que não se enquadravam como casamento nulo. Assim, entende-se que inexistente o casamento quando celebrado entre pessoas do mesmo sexo, quando não há consentimento e quando não há celebração.
- ⁸ A Constituição Federal, ao tratar da união estável, reconheceu-a apenas como uma entidade familiar, mas não como uma relação jurídica. Cuida-se, no entanto, de um fato juridicamente relevante que produz relações jurídicas, cuja tutela judicial pode se fazer necessária. Neste sentido, o voto proferido pelo Ministro Eduardo Ribeiro no REsp 63.524/RJ (DJU 19.08.1996).

Assim já se entendia mesmo antes da regulamentação do artigo 226, § 3º, da Constituição Federal: “A sociedade, de que fala a Súmula n. 380 do Supremo Tribunal Federal, nasce de um fato (a união de um homem e uma mulher, que coabitam como cônjuges sem serem casados); mas por se tratar de fato juridicamente relevante (esforço comum na constituição de um patrimônio), gera ele uma relação jurídica de condomínio sobre os bens adquiridos. A ação declaratória, neste caso, visa ao reconhecimento de uma relação jurídica condominial sobre bens em que cada concubino tem a parte com que concorreu para a sua aquisição. A jurisprudência admite, em tal caso, a ação declaratória”. (BUZAID, Alfredo. *A ação declaratória no direito brasileiro*. 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1986, p. 163). A este respeito, ainda, conferir: VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil - Direito de família*. 4ª ed., São Paulo, Atlas, 2004, vol. 6, p. 54.

⁹ Mais questionável ainda se mostra o acolhimento de pedido para que se “declare” a existência de união estável ainda em curso. A admissão de tal pretensão (na hipótese de entender-se a união estável como relação jurídica) implicaria realizar “casamento” perante o Poder Judiciário e a ação declaratória não se presta a tal fim, uma vez que tem por objetivo “criar uma certeza jurídica e produzir coisa julgada, exaurindo-se como pronunciamento judicial” (BUZAID, Alfredo. *A ação declaratória no direito brasileiro*. 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1986, p. 8). Por outro lado, eventual declaração de existência da união estável não poderia ultrapassar a data em que prolatada a sentença declaratória (quicá do momento em que realizada a instrução), pois, dependendo a dissolução da união estável apenas da vontade das partes, há o risco de que o provimento jurisdicional venha a dissociar-se da realidade, podendo causar sérios prejuízos à sociedade, dando margem, até mesmo, a fraudes, cuja ocorrência é mais comum do que o desejado. Após a prolação da sentença, não há qualquer garantia de que os companheiros ainda vivam em união estável, muito embora haja um provimento jurisdicional neste sentido. Em assim sendo, tal declaração não teria qualquer validade a título de prova perante terceiros (verdadeiro objetivo dos que a buscam), sendo duvidoso, sob este aspecto, o interesse processual por ausência de utilidade do provimento buscado. Convém observar que entendimento contrário importaria atribuir à união estável estatuto mais benéfico que aquele atribuído ao casamento, o que não pode ocorrer, haja vista inexistir equiparação legal entre ambos. Ressalte-se que a opção pela união estável reflete informalidade, o que acarreta dificuldades no âmbito da prova e do relacionamento com terceiros, a serem suportadas pelos indivíduos que fazem tal escolha.

¹⁰ CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil*. 3ª ed., Campinas, Bookseller, 2002, vol. I, p. 260. Comunga de tal entendimento Liebman (LIEBMAN, Enrico Tulio. *Eficácia e autoridade da sentença e outros escritos sobre a coisa julgada*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1981, p. 26/30). Conferir, ainda, a lições de Marinoni (MARINONI, Luiz Guilherme. *Manual do processo de conhecimento*. 2ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2003, p. 455/456).

¹² De outro modo, como afirmado anteriormente, estar-se-ia a conferindo à ação declaratória e à sua respectiva sentença a mesma função da celebração e da certidão do casamento. Essa, contudo, não foi a intenção do constituinte ao estabelecer que a conversão da união estável em casamento deveria ser facilitada, o que demonstra com clareza que não se cuida de institutos equivalentes. Ao tratar da informalidade da união estável, das inerentes diferenças em relação ao casamento e da possibilidade de regulamentação por contrato escrito, Zeno Velloso afirma que o contrato não cria a entidade familiar (assim como também não o faria a sentença), pois “há impossibilidade, a priori, de união estável pela via contratual, cujo instrumento acabaria servindo, no final de contas, como sucedâneo de uma certidão de casamento”. Prossegue, aduzindo que união estável não se estabelece por ‘papel passado’, mas é resultado da vida em comum, da convivência prolongada, notória. Resulta de um fato qualificado pelo direito, produzindo seus efeitos”. (VELLOSO, Zeno. *Código Civil comentado*. São Paulo, Atlas, 2003, vol. XVII, p. 117)

¹³ BUZAID, Alfredo. *A ação declaratória no direito brasileiro*. 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1986, p. 260/261.

¹⁴ BUZAID, Alfredo. *A ação declaratória no direito brasileiro*. 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1986, p. 260-261.

¹⁵ LOPES, João Batista. “O interesse de agir na ação declaratória”, in *Revista dos Tribunais*, vol. 688, ano 82, fevereiro de 1993, p. 258-259. De acordo, ainda, com Liebman, “uma declaração destituída de autoridade da coisa julgada é para quem a obteve pouco menos que inútil (embora a existência de atos de declaração não contidos na sentença, mas, por exemplo, em ato administrativo diminua a força desta observação); e não é improvável que a própria figura da sentença declaratória esteja ligada ao instituto da coisa julgada, e que, se este viesse a desaparecer, também aquela faltaria”. (LIEBMAN, Enrico Tulio. *Eficácia e autoridade da sentença e outros escritos sobre a coisa julgada*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1981, p. 19)

- ¹⁶ O interesse processual nas ações declaratórias, na lição de Chiovenda, deve ser entendido como decorrente de uma situação de fato tal que o autor, sem a declaração judicial da vontade concreta da lei, sofreria um dano injusto, de modo que a declaração jurisdicional se apresenta como o meio necessário para evitar o dano. (CHIOVENDA, Giuseppe. Instituições de direito processual civil. 3ª ed., Campinas, Bookseller, 2002, vol. I, p. 279). Segundo Araken de Assis: “À luz do disposto no art. 3º, do CPC, mostra-se desnecessário criar ou configurar uma noção de interesse privativa da ação declaratória, cumprindo-se tão-só ‘identificar, em cada caso, a existência do interesse processual tout court.’ Realmente, a tradicional ideia de que a declaração exige a alegação de estado de dúvida, ou de incerteza, revela-se insatisfatória. E isso, porque jamais se cuidará de um dado objetivo, haurido do objeto litigioso, mas subjetivo, e o estado de espírito do autor não constitui elemento idôneo a substituir a noção unívoca de interesse processual. Na verdade, atenta contra a boa lógica aludir a ‘dúvida objetiva’ e a outras expressões análogas. Acentua JOÃO BATISTA LOPES, com razão, que o autor procura, através da declaração, o efeito jurídico da certeza, outorgada pela autoridade da coisa julgada, e, não, extirpar dúvidas. A certeza constitui, de per si, ‘uma vantagem e também um bem digno de tutela pelo direito.’” (ASSIS, Araken de. “Declaração autônoma e incidente no processo civil”, in *Gênesis Revista de Direito Processual Civil*, vol. 30, ano VIII, out/dez de 2003, p.669)
- ¹⁷ Liebman abandonou este requisito na 3ª edição de seu Manual de direito processual civil, Mais tarde abandonada, por considerar que a ausência de possibilidade jurídica do pedido implicaria, em verdade, ausência de interesse de agir. Nosso Código de Processo Civil, artigo 267, contudo, acolheu as três condições da ação por ele inicialmente propostas.
- ¹⁸ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. In: VVAA, Código de processo civil interpretado, São Paulo, Atlas, 2004, organizado por Antônio Carlos Marcato, p. 53.
- ¹⁹ BUZAID, Alfredo. A ação declaratória no direito brasileiro. 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1986, p. 261.
- ²⁰ Na lição de Liebman: “Legitimação para agir (*legitimatío ad causam*) é a titularidade (ativa e passiva) da ação. O problema da legitimação consiste em individualizar a pessoa a quem pertence o interesse de agir (e, pois, a ação) e a pessoa com referência à qual [nei cui fronti] ele existe; em outras palavras, é um problema que decorre da distinção entre a existência objetiva do interesse de agir e sua pertinência subjetiva. (...)Também quanto à ação, prevalece o elementar princípio segundo o qual apenas o seu titular pode exercê-la; e, tratando-se de direito a ser exercido necessariamente com referência a uma parte contrária, também esta deve ser precisamente a pessoa que, para os fins do provimento pedido, aparece como titular de um interesse oposto, ou seja, aquele em cuja esfera jurídica deverá produzir efeitos o provimento pedido. (...) Como direito de invocar a tutela jurisdicional, a ação apenas pode pertencer àquele que a invoca para si, com referência a uma relação jurídica da qual seja possível pretender uma razão de tutela a seu favor. Já se disse logo acima que o interesse de agir se destina a remover a lesão de um interesse substancial que se diz protegido pelo direito; ele só pode, pois, ser invocado [*fatto valere*] por aquele que se afirma titular do interesse substancial cuja tutela vem pedir em juízo. É isso que dispõe o art. 81 do Código de Processo Civil: ‘fora dos casos expressamente previstos em lei, ninguém pode defender [*far valere*] no processo, em nome próprio um direito alheio’ [v. CPC, art. 6º]. Ampliando o conteúdo desse preceito, de modo a abranger também os casos em que não se defenda [*faccia valere*] um verdadeiro direito subjetivo, pode-se dizer que pertence a legitimação ativa a quem invoca a tutela jurisdicional para um interesse próprio (independentemente, é claro, do efetivo cabimento da tutela invocada, o que constitui problema de mérito)”. (LIEBMAN, Enrico Tulio. Manual de direito processual civil. 1ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1984, vol. I, p.157/159).
- ²¹ Adota-se, quanto à verificação das condições da ação, a teoria da asserção, segundo a qual isso ocorrerá à luz apenas das afirmações contidas na inicial, ou seja, in statu assertionis. Em contrapartida, há a teoria da exposição, de acordo com a qual as condições da ação devem ser efetivamente demonstradas, podendo haver prova do réu acerca da inexistência de tais requisitos.
- ²² Há autores, como Ovídio Batista e Fábio Gomes (Teoria geral do processo civil. 3ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2002, p. 117-118), que criticam a teoria eclética neste aspecto. Consideram que exigir coincidência entre as partes da relação processual e os titulares do direito material significa desprezar o caráter autônomo do direito de ação, o que implicaria um retorno à teoria imanentista da ação, ainda que essa vinculação se opere apenas

em abstrato e no plano teórico, estando desvinculada do provimento final (o que preservaria, na concepção de Liebman e seus seguidores, o caráter abstrato da ação).

- ²³ Saliente-se que o reconhecimento do direito à meação deverá levar em consideração as datas em que adquiridos os bens em discussão, uma vez que, até o advento da Lei 9.278/96, considerava-se a existência de uma sociedade de fato, partilhando-se o patrimônio nos termos da Súmula 380/STF, ou seja, na medida da efetiva participação de cada um dos companheiros na aquisição individual dos bens. Mister lembrar que a interpretação mais atual da Súmula 380/STF atribui direito à partilha independentemente de contribuição financeira do (a) companheiro (a), isto é, admite-se a participação da companheira que nunca trabalhou, mas que dedicou a vida à administração da casa e aos cuidados com os filhos e o companheiro. Os bens adquiridos na vigência da Lei 9.278/96, por sua vez, serão partilhados nos termos da presunção relativa estabelecida no artigo 5º e observada a existência ou não de contrato sobre o patrimônio. Após a vigência do Código Civil de 2002, a partilha seguirá o regime da comunhão parcial de bens, no que couber, salvo estipulação escrita dos companheiros em contrário (art. 1725).
- ²⁴ Em sendo dativo o inventariante, todos os herdeiros e sucessores do falecido serão autores ou réus nas ações em que o espólio for parte (art. 12, § 1º, do CPC).
- ²⁵ Observe-se que, em qualquer uma das hipóteses suscitadas (direito à meação, direito à sucessão ou direito à pensão previdenciária), a verificação da ocorrência fática da união estável haveria de ser feita de modo incidental, não existindo prejuízo para o companheiro supérstite.
- ²⁶ Vide REsp 435.113/RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJU 09.06.2003, em que a 3ª Turma decidiu suscitar conflito interno, uma vez que discutida a questão da união estável apenas incidentalmente como forma de obtenção de pensão previdenciária.
- ²⁷ Em verdade, não haveria óbice a que o pedido formulado fosse de condenação do requerido (entidade responsável pelo pagamento da pensão) a incluir o (a) autor (a) como beneficiário (a) da pensão, por preencher os requisitos legais. Tal pedido atenderia de forma mais eficaz as pretensões do (a) companheiro (a) supérstite.
- ²⁸ Já que não se discute questão relativa ao patrimônio deixado pelo autor da herança.
- ²⁹ WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio Correia de; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil. 6ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2004, vol. I, p. 139.
- ³⁰ Se não há oposição ao ingresso do (a) companheiro (a) como beneficiário (a), por parte do órgão responsável pelo pagamento da pensão, torna-se absolutamente desnecessária a manifestação jurisdicional, carecendo o (a) autor (a) de interesse processual. Importante, portanto, que, ao formular o pedido inicial, ainda que de mera declaração da união estável (caso se admita tal pretensão), seja declinada a razão pela qual se busca o provimento, o que integra a causa de pedir.
- ³¹ CARNELUTTI, Francesco. Sistema de Direito Processual Civil. 1ª ed., São Paulo, ClassicBook, 2000, vol. I, p.55.
- ³² CARNELUTTI, Francesco. Sistema de Direito Processual Civil. 1ª ed., São Paulo, ClassicBook, 2000, vol. I, p. 93.
- ³³ Neste aspecto, irrelevantes as objeções de Liebman ao conceito de lide sugerido por Carnelutti, pois interessam no particular os sujeitos do conflito e não o seu conteúdo ou a forma como o conflito foi retratada no processo. A respeito do conceito de lide proposto por Liebman, conferir Estudos sobre o processo civil brasileiro, São Paulo, Bestbook, 2001, p. 94-103.
- ³⁴ Em que pese a existência de entendimento contrário no Superior Tribunal de Justiça (CC 35.061/DF, Rel. Min. Castro Filho, DJU 11.02.2004).
- ³⁵ Cf. CC 32.588/RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJU 16.09.2002, 2ª Seção, em que se decidiu ser competência da Justiça Federal processar justificação em que casal pretendia fazer prova da união estável para inclusão da companheira como dependente junto ao Exército, em face da existência de competência *ratione personae*.
- ³⁶ Apelação Cível 1999.01.00.086907-0, Rel. Juiz Federal Eduardo José Corrêa, DJU 02.12.2002, TRF da 1ª Região. Neste mesmo sentido: AC 1999.01.1.00103545-0/MG, Rel. Juíza Federal Gilda Sigmaringa Seixas, DJU 27.05.2004; AC 95.01.29782-9/GO, Rel. Juiz Aldir Passarinho Júnior, DJU 21.11.1996; AC 96.01.17380-3/BA, Rel. Juiz Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes, DJU 03.06.2004, todos do TRF da 1ª Região; AC 199751010052182/RJ, Rel. Juiz Rogério Carvalho, DJU 16.07.2004; AC 199651010765212/RJ, Rel. Juiz Arnaldo Lima, DJU 05.12.2003, do TRF da 2ª Região; AC 9604208314/RS, Juiz Carlos Sobrinho, DJU

- 22.10.1997; AC 9404431540/RS, Juiz Nylson Paim de Abreu, DJU 21.05.1997, do TRF da 4ª Região; AC 200105000440730/PB, Des. Paulo Gadelha, DJU 03.08.2004, do TRF da 5ª Região.
- ³⁷ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. In: VVAA, *Código de processo civil interpretado*, São Paulo, Atlas, 2004, organizado por Antônio Carlos Marcato, p. 153.
- ³⁸ Na lição de Cândido Dinamarco, “o litisconsórcio será necessário, quando sem a presença de todos os co-legitimados o provimento não puder produzir os efeitos que lhe são próprios”. (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Litisconsórcio*. 4ª ed., São Paulo, Malheiros, 1996, p.184)
- ³⁹ NERY JR., Nelson. *Código de Processo Civil Comentado*. 7ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, p. 415, nota 15 ao artigo 47. Mesmo entendimento já foi esposado pelo Supremo Tribunal Federal: RE 100.411, Rel. Min. Francisco Rezek, RT 594/248, RE 91.246, Rel. Min. Cordeiro Guerra, RTJ 100/742.
- ⁴⁰ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Litisconsórcio*. 4ª ed., São Paulo, Malheiros, 1996, p. 134.
- ⁴¹ CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil*. 3ª ed., Campinas, Bookseller, 2002, vol. I, p. 500.
- ⁴² LIEBMAN, Enrico Tulio. *Eficácia e autoridade da sentença e outros escritos sobre a coisa julgada*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1981, p. 125/126.
- ⁴³ LIEBMAN, Enrico Tulio. *Eficácia e autoridade da sentença e outros escritos sobre a coisa julgada*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1981, p. 126. Em itálico, no original.
- ⁴⁴ Admitindo-se que hipoteticamente que teriam os herdeiros legitimidade, ainda que não fossem beneficiários da pensão, como alguns julgados vêm entendendo. De igual modo, estar-se-ia trabalhando com a hipótese de não haver litisconsórcio necessário entre o órgão pagador e os eventuais beneficiários da pensão.
- ⁴⁵ LIEBMAN, Enrico Tulio. “A coisa julgada nas questões de estado”. In: *Eficácia e autoridade da sentença e outros escritos sobre a coisa julgada*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1981, p. 198.
- ⁴⁶ Em questão de filiação, os pais e os filhos.
- ⁴⁷ Isso ocorreria se outro homem se afirmasse pai da filha reconhecida e cuja paternidade se contesta.
- ⁴⁸ Na hipótese discutida, os herdeiros daquele que realizou o reconhecimento.
- ⁴⁹ Nas palavras de Liebman, “a sentença pronunciada entre os legítimos contendores primários é oponível erga omnes, porque ninguém tem na questão direito comparável ao dos sujeitos da relação controvertida. Se a sentença, porém, foi pronunciada em face de legítimo contendor secundário, a coisa julgada é oponível a todos os terceiros, exceto aos outros legítimos contendores secundários, porque estes têm, em comparação com quem foi parte no processo, interesse e direito iguais”. (LIEBMAN, Enrico Tulio. “A coisa julgada nas questões de estado”. In: *Eficácia e autoridade da sentença e outros escritos sobre a coisa julgada*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1981, p. 210)
- ⁵⁰ SANTOS, Emame Fidélis dos. *Manual de direito processual civil*. 10ª ed., Saraiva, São Paulo, 2003, vol. I, p. 565/566.
-
-